



**A imprensa baiana e o americanismo na
Segunda Guerra (1942-1945)**

**The press of Bahia, Brazil, and the Americanism in the
World War II (1942 -1945)**

SILVA, Raquel Oliveira*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar, em linhas gerais, a maneira pela qual a imprensa baiana procurou disseminar um discurso favorável às instituições políticas, modelo econômico e padrão de vida dos Estados Unidos no contexto de participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Busca-se, também, refletir sobre as conexões entre a propaganda do *American Way of Life* e a defesa da democracia nas páginas dos jornais baianos. Por fim, pretende-se delinear os primeiros elementos de uma análise acerca do discurso da imprensa baiana sobre um dos grupos aliados na busca pelo restabelecimento da democracia — os comunistas.

Palavras-chave: Imprensa Bahia. Segunda Guerra. Americanismo.

Abstract: This article aims to present, broadly speaking, the way in which the Bahia's press sought to disseminate a speech in favour of the political institutions, economic model and standard of living of the United States in the context of Brazil's participation in the World War II. The aim is to also reflect on the connections between the propaganda of the American Way of Life and the defence of democracy in the pages of Bahia's newspapers. Finally, it is intended to outline the first elements of an analysis about the Bahia's press speech about one of the allied groups in the search for restoration of democracy — the Communists.

106

Keywords: Press Bahia (Brazil). World War II. Americanism.

O americanismo e o Brasil na guerra

Na edição do dia 08 de agosto de 1943, o jornal baiano *O Imparcial* publicou um editorial de seu redator-chefe, Wilson Lins, discorrendo sobre o regime político dos Estados Unidos. Segundo o autor, a democracia americana estava presidindo uma grande experiência social, “maior talvez do que a experiência russa”, “uma realidade humana que desafia e desarma a mais fantástica das imaginações delirantes”. Lins afirmava que as instituições sociais e órgãos governativos dos Estados Unidos eram poderes “nascidos do

* Doutoranda em História Social pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Graduada em História pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. E-mail: Raquel.osilva@gmail.com

povo”, cuja força era inspirada “no mais sincero e inviolável respeito” aos interesses e aspirações populares. Sempre comparando com o modelo russo, o redator-chefe de *O Imparcial* apontava as vantagens do sistema capitalista para a classe trabalhadora, afinal, nele era possível “ter um automóvel, ir ao Music Hall e fazer greve”. Assim sendo, para o autor, eram “incalculáveis os benefícios do capitalismo ao povo norte-americano.” Embora admitisse a União Soviética como uma grande experiência, considerava-a dolorosa e sacrificante. Já os Estados Unidos, pelo contrário, seriam “uma grande experiência sem sacrificar ninguém” (*O Imparcial*, 8 de agosto de 1943, p.3).

Os excertos acima são exemplos do discurso favorável às instituições políticas, modelo econômico e padrão de vida dos Estados Unidos, disseminado nas páginas dos jornais baianos na primeira metade da década de 1940. As apreciações e os argumentos da imprensa da Bahia assumiram um caráter marcadamente americanista na conjuntura da Segunda Guerra Mundial, que se desenvolvia à época. O americanismo é entendido, aqui, como uma ideologia programática, cujos elementos mais importantes tomaram corpo nos Estados Unidos na primeira metade do século XX e passaram por um processo de implantação na América Latina (TOTA, 2000, p. 18). Para Tocqueville, mais do que simplesmente implementar preponderância política, militar e econômica sobre a América do Sul, a América do Norte apontaria para um processo em que o atraso ibérico, sob o impacto das diferentes influências exercidas pelo seu vizinho anglo-saxão, se converteria “às luzes” e se modernizaria, rompendo com os fundamentos de sua própria história. Assim, Tocqueville vai entender que a experiência americana não é irredutível à sua formação nacional, devendo e podendo ser absorvida pelos países de raiz ibérica (VIANNA, 1997, p. 91). Dentre os componentes fundamentais do americanismo, pode-se citar a democracia, sempre associada aos heróis americanos e, em especial, às ideias de liberdade, direitos individuais e de independência, e o progressivismo, vinculado à ideia de um mundo de abundância e à capacidade criativa do povo estadunidense.

A conjuntura mundial de 1940 fortaleceu a importância do Brasil como parceiro no hemisfério e, assim, tornou-se imperativo, à política externa norte-americana, americanizar o vizinho latino por vias pacíficas, a fim de quebrar possíveis resistências à aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos (TOTA, 2000, p. 19). De fato, a Segunda Guerra Mundial pode ser considerada como o ponto de virada nas relações entre os dois países. Iniciado em 1939, com a invasão da Polônia pelo Exército da Alemanha nazista, o conflito foi caracterizado pelo enfrentamento entre os regimes autocráticos de direita (nazismo alemão, fascismo italiano e militarismo japonês), que compunham o chamado Eixo, e os regimes liberal-democráticos dos Estados Unidos, Inglaterra e França, conhecidos como os Aliados, aos quais se juntaram a União Soviética e a China. Apesar de a repercussão dos confrontos ter sido, inicialmente, fraca na Bahia, o interesse, à distância, que a população local tinha

pela guerra, começou a mudar quando o conflito alcançou o Brasil com o torpedeamento de navios mercantes brasileiros por submarinos alemães, em fevereiro de 1942 (SAMPAIO, 1995).

Seguiram-se outros ataques, ocorridos no litoral da Bahia e de Sergipe, que revoltaram a população de várias cidades brasileiras e motivaram as primeiras manifestações de rua, após o golpe de 10 de novembro de 1937, quando foi instaurada a ditadura do Estado Novo, regime vigente à época no Brasil. A opinião pública nacional, impulsionada pelos antifascistas, pelos simpatizantes dos Estados Unidos, pelos comunistas e pelos estudantes, que constituíram maioria, pressionava para que o Brasil abandonasse a posição de neutralidade, até então adotada diante dos confrontos, comprometendo-se nessa luta contra a agressão nazista, como já haviam feito outros países americanos. No bojo das mobilizações voltadas ao rompimento das relações do governo brasileiro com os países do Eixo e em prol do envio de tropas brasileiras para combater na Europa, Sociedades de Amigos da América foram criadas em diferentes estados do Brasil. Na Bahia, essa sociedade foi criada com a ativa participação dos estudantes comunistas, entre eles Jacob Gorender e João Falcão (FALCÃO, 1999, p. 64). Pressionado pelas manifestações de rua e por integrantes do regime estadonovista, entusiastas da causa aliada, o governo federal, que rompera relações diplomáticas com os países do Eixo, em janeiro de 1942, declarou guerra à Alemanha, Itália e Japão, em agosto do mesmo ano (TAVARES, 1987, p.431).

O repúdio ao nazifascismo repercutiu em toda a sociedade baiana e nos periódicos não foi diferente. A partir disso, foi possível identificar, nas páginas dos jornais de maior circulação no estado, a existência de um posicionamento favorável aos Aliados e à defesa de um esforço de guerra contra o Eixo. O movimento patriótico na Bahia tinha suas atividades noticiadas, notadamente, pelo matutino *O Imparcial*, dirigido pelo jornalista Wilson Lins, pelo *Estado da Bahia* e na Rádio Sociedade da Bahia, que era a única existente no Estado e apresentava um programa diário, às 13 horas. Ambos, jornal e rádio, eram da cadeia dos Diários Associados, administrada pelo poeta Odorico Tavares. Os jornais *A Tarde*, cujo proprietário era o jornalista Ernesto Simões Filho, e *Diário da Bahia*, gerido por Murilo Soares da Cunha e Antonino de Oliveira Dias, também prestigiavam o movimento patriótico e dirigiam seus noticiários a favor dos Aliados. Somente o *Diário de Notícias*, do qual era diretor Antonio Balbino de Carvalho, durante os anos iniciais da guerra, dava cobertura aos regimes de direita e aos seus aliados nativos (FALCÃO, 1999, p.89). Todavia, em 1942, o *Diário de Notícias* foi vendido aos Diários Associados e abandonou completamente o discurso favorável à Alemanha, numa época em que as folhas pró-nazistas mudaram suas orientações editoriais, após o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo (PEIXOTO JÚNIOR, 2006, p. 155). A alteração no comportamento editorial do jornal *Diário de Notícias*, após sua venda aos Diários

Associados, reproduz um posicionamento recentemente adotado pelo conglomerado de Assis Chateaubriand, que passara do apoio a Getúlio Vargas à defesa do regime democrático, manifestando-se contrário aos governos totalitários e ao cerceamento das liberdades individuais (SILVA, 2008, p. 95). A própria Associação Bahiana de Imprensa (ABI), em setembro de 1942, manifestou solidariedade ao governo e declarava por os jornalistas da Bahia à disposição do País, “nesta hora grave, em que o nosso povo se levanta num só movimento de indignação e disposição para a luta, os seus serviços e as suas pessoas” (ASSOCIAÇÃO, 01 de setembro de 1942, p. 62). Desse modo, havia, na imprensa baiana, elementos argumentativos que buscavam mobilizar a população sobre a importância da participação da sociedade brasileira na guerra contra o nazifascismo. Nesse sentido, os jornais divulgavam os êxitos das potências democráticas na guerra, transmitidos pelas agências transnacionais de notícias, e incluíam informações sobre os movimentos patrióticos ocorridos em nível local e nacional.

Assim, com a entrada do Brasil no conflito, a imprensa da Bahia empenhou-se em disseminar um discurso antifascista, vinculado à ideologia liberal, no qual os Estados Unidos apareciam como seu maior representante. De fato, na Segunda Guerra Mundial, o país norte-americano conseguiu submeter a sua hegemonia as nações mais fracas, pois entrou no conflito com o mercado interno em relativo equilíbrio e não sofreu, diretamente, os prejuízos da destruição, implementando a sua tutela sobre o mundo capitalista e colonial e igualando, na submissão política, potências industriais e países atrasados. Apenas a União Soviética e os povos em revolução escapavam ao seu domínio. Com a Europa devastada pela guerra, os Estados Unidos constituíam a única fonte de financiamento externo e *know-how* tecnológico, contribuindo para recrudescer a dominação norte-americana sobre o restante do mundo (BANDEIRA, 1982, p.309).

Já o Brasil precisava buscar capitais estrangeiros privados para seu crescimento e, como um país capitalista em desenvolvimento, sentiu todo o impacto da influência estadunidense. Embora formalmente cordiais, os laços entre Estados Unidos e Brasil não eram, até meados da década de 1930, prioritários para nenhum dos dois países. Foi a administração Roosevelt, preocupada com a crescente e ostensiva atração do governo de Getúlio Vargas em direção ao nazifascismo, que deu início a um processo de aproximação que terminaria, durante a Segunda Guerra Mundial, produzindo um dos poucos momentos na história das relações entre Estados Unidos e Brasil que podem ser classificados como de vinculação estreita (SILVA, 1991, p.44).

Nesse sentido, o contexto de conflito mundial representou o melhor momento do sistema interamericano. Ao longo dos confrontos contra o Eixo, o Brasil foi o mais fiel aliado dos Estados Unidos na América Latina. Além de ceder bases no Nordeste, o país constituiu-se num grande fornecedor de materiais estratégicos. Além disso, em julho de 1944 o Brasil

enviou uma força expedicionária de 25 mil homens ao teatro de guerra europeu – as únicas tropas latino-americanas que entraram em ação durante o conflito. De seu lado, os Estados Unidos forneceram equipamento militar – inclusive tanques e aviões – dentro do programa *Lend-Lease* (Empréstimo e Arrendamento). Os Estados Unidos continuaram sendo o grande mercado do café, principal produto de exportação do Brasil, e de outros alimentos. E, embora incapazes de fornecer ao aliado todos os bens manufaturados de que ele precisava, em parte devido às restrições à navegação, os Estados Unidos fizeram empréstimos e deram assistência técnica, o que acelerou consideravelmente o desenvolvimento econômico – e especialmente o industrial – do país (BETHELL; ROXBOROUGH, 1996, p. 43).

Dessa forma, a fim de se colocar em condições de atrair mais capital norte-americano, um clima apropriado para o investimento estrangeiro teve de ser criado, dando-se ainda diversos tipos de garantias, reais ou simbólicas. Exigia-se o compromisso com o desenvolvimento capitalista, liberal e com uma “ideologia de produção”, sem traços de nacionalismo. Com efeito, na década de 1940, como consequência das relações diplomáticas especiais que os dois países começaram a manter, o governo norte-americano passou a gastar mais dinheiro para promover a influência dos Estados Unidos no Brasil, como parte de seu esforço de guerra no setor ideológico (MOURA, 1980, p. 139). Interessados em manter o continente como parte de seu mercado, os Estados Unidos promoveram uma obra de americanização no Brasil (TOTA, 2000, p. 35). O sistema de poder estadunidense, desde cedo, começou a passar à América Latina uma ideologia internacionalista, que suplantava a ideia de defesa nacional dos Estados Unidos e acentuava a solidariedade entre as nações americanas e o respeito à sua soberania, em nome de um objetivo maior: a defesa hemisférica contra o inimigo externo, corporificando-se nos ideais do pan-americanismo (MOURA, 1980, p. 139).

Os “valores pan-americanos” não se propagavam de maneira espontânea. Nesse sentido, o governo dos Estados Unidos adotou uma série de medidas para garantir o êxito do empreendimento. Tratou de dar novo alento às instituições pan-americanas já existentes e a órgãos governamentais norte-americanos, como a Divisão Cultural do Departamento de Estado e o Comitê Interdepartamental de Cooperação com as Repúblicas Americanas. A decisão talvez mais importante foi a criação do OCIAA (*Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*), entregue à direção de Nelson Rockefeller e encarregado de contrabalançar a crescente propaganda do Eixo na América Latina. A amplitude desse novo órgão pode ser avaliada pelo exame de seus objetivos: persuadir as nações latino-americanas a seguir a liderança estadunidense em oposição ao Eixo, integrar a economia americana com a dos Estados Unidos em um mesmo sistema, impedir revoluções nas Américas e lutar contra os agentes nazifascistas. E tudo isso sem dar a impressão de que estavam interferindo nos negócios internos dos Estados soberanos (MOURA, 1980, p. 140).

Sem dúvida, havia a luta contra a expansão do nazismo, mas, acima de tudo, prevalecia a necessidade de afastar da América Latina os produtos alemães que concorriam com os americanos. Os objetivos político-econômicos estavam na base do projeto da agência e, para atingi-los, deu-se importância notável às atividades culturais e à comunicação (TOTA, 2000, p. 51). Para Nelson Rockefeller, o futuro dos negócios norte-americanos, na América Latina, dependia da venda não só dos produtos, mas do modo de vida estadunidense. Portanto, a fim de que houvesse sucesso no campo econômico, era imperativa a consolidação de uma base no campo ideológico. Era necessário empregar todos os meios para solidificar a imagem de um modelo a ser seguido, isto é, os Estados Unidos deveriam ser um paradigma com forte destaque para a defesa do liberalismo e da democracia (TOTA, 2000, p. 54).

Para atingir suas finalidades, o OCIAA desenvolveu um programa extraordinariamente complexo de persuasão ideológica e penetração cultural. Dessa maneira, o governo norte-americano passou a investir largas somas para, entre outras atividades, distribuir artigos à imprensa latino-americana e patrocinar viagens de jornalistas aos Estados Unidos (SILVA, 1991, p. 79). De fato, a imprensa e a propaganda impressa eram meios importantes para a divulgação dos princípios do americanismo “fabricado” pela Office, afinal, a Divisão de Imprensa era uma das maiores da agência (TOTA, 2000, p. 54-56). A imprensa baiana foi fortemente influenciada por esse esforço de guerra no setor ideológico, conforme se poderá verificar a seguir.

111

O “estreitamento das relações” entre a Bahia e os Estados Unidos através da imprensa

Em março de 1943, o jornal *A Tarde* noticiou a instalação, em Salvador, do escritório do “*Coordination Comitee for Bahia*” – Sub-Comitê do Coordenador dos Assuntos Inter-Americanos. Esse Sub-Comitê tinha como função divulgar o programa continental de aproximação entre a Bahia e os Estados Unidos, subordinado, como os dos demais estados, à Comissão de Coordenação dos Assuntos Inter-Americanos, responsável, pelo governo estadunidense, por cuidar “da manutenção e estreitamento da amizade que une os dois povos das Américas” (*A Tarde*, 26 de março de 1943, p. 4). Não por acaso, há indícios de que a presença de membros do Comitê da Coordenação Inter-Americana da Bahia era constante entre os jornalistas locais, sobretudo nas reuniões da Associação Bahiana de Imprensa (ABI). Em junho de 1943, a Associação realizou uma sessão conjunta com o Comitê da Coordenação Inter-Americana da Bahia, quando o presidente da ABI manifestou “grande satisfação dos jornalistas baianos de receberem a visita dos representantes da nação amiga e aliada, dizendo que esses contatos eram necessários à causa pela qual



todos trabalhavam”. Além disso, expressou-se agradecimento pelo modo como vinham sendo tratados os jornalistas brasileiros em visita aos Estados Unidos, dentre os quais constavam dois baianos: Simões Filho, diretor de *A Tarde*, e Wilson Lins, redator-chefe de *O Imparcial* (ASSOCIAÇÃO, 30 de junho de 1943, p. 95-6).

O “estreitamento das relações” entre a Bahia e os Estados Unidos se estendia às apreciações e aos posicionamentos dos jornais no estado. Naquele contexto, a imprensa baiana engajou-se numa campanha entusiasta da aproximação entre os países americanos, argumentando que os mesmos achavam-se “entrelaçados nos elos de uma cadeia indissolúvel, arrastando com todas as consequências que lhes possam advir dessa união, frente inquebrantável contra o despotismo e a tirania” (*A Tarde*, 14 de abril de 1942, p.1). Em abril de 1943, o vespertino de Simões Filho publicou um texto assinado por Thales de Azevedo, no qual sustentava que o que se tinha feito “para a compreensão dos Estados Unidos pela nossa gente” era muito pouco, e que “os universitários, os estudiosos de toda ordem” mantinham um contato precário “e de segunda mão com a vibrante atividade norte-americana”. Portanto, era preciso considerar “a conveniência de uma aproximação intelectual com os Estados Unidos”, tendo em vista “o muito que podemos lucrar nesse intercâmbio com a pujante civilização cis-Atlântica do Norte” (*A Tarde*, 10 de abril de 1943, p. 4).

Essa aproximação entre os dois países incluía a defesa constante de uma interação cultural entre baianos e norte-americanos. A Associação Cultural Brasil – Estados Unidos promoveu concursos para familiarizar estudantes das escolas baianas ao tema do pan-americanismo:

A Associação Cultural Brasil-Estados Unidos, pretende realizar um concurso entre os alunos dos diversos Colégios da Bahia. Esse concurso consistirá numa dissertação sobre assunto pan-americano escolhido, no momento e na resposta, dez perguntas sobre a Geografia, a História e a Economia dos países do continente, formulados pela comissão julgadora do concurso. (*A Tarde*, 03/04/43, p. 3)

A Associação Cultural Brasil - Estados Unidos, “entidade recentemente fundada com finalidades expressivas de aproximação”, promovia cursos de inglês que se propunham a possibilitar ao baiano “ver filmes, ouvir conferências, ler livros, que lhe fornecerão elementos para a formação de um apreciável cabedal de conhecimentos”. A instituição oferecia também bolsas de estudo no país norte-americano, destinadas aos estudantes baianos. De acordo com o jornal *Estado da Bahia*, o número dessas bolsas foi aumentado por meio da verba que o governo estadunidense aplicou especificamente para a sua concessão, estando a escolha a cargo do Comitê de Assuntos Inter-Americanos (*Estado da Bahia*, 01/04/42, p. 3).

Até mesmo as manifestações artísticas eram utilizadas como instrumentos por meio dos quais as folhas jornalísticas baianas sustentavam que, realmente, havia muitas



afinidades entre os habitantes da Bahia e os dos Estados Unidos. Em outubro de 1943, *A Tarde* publicou um artigo relacionando às obras de dois poetas que, segundo o texto, aproximavam-se por suas tendências libertárias: o norte-americano Walt Whitman e o baiano Castro Alves. Certamente, a intenção do periódico era sugerir que as ideias democráticas eram inerentes e comuns a ambos os povos (*A Tarde*, 02 de outubro de 1943, p. 5).

Os jornalistas baianos, em visita aos Estados Unidos, também registraram impressões bastante positivas daquele país. O redator-chefe de *O Imparcial*, Wilson Lins, escreveu para o periódico vários textos expondo o seu fascínio pela nação norte-americana. Numa edição de julho de 1943, Lins mostrou todo o seu deslumbramento ao relatar suas experiências em solo estadunidense:

Senhores, parece mentira, mas é verdade na batata. Estou em Nova York! Já estive em cento e muitas cidades americanas, cortei mais de vinte dos quarenta e oito Estados dos Estados Unidos; passei dias em Los Angeles; dansei nos cabarés de Hollywood; tirei retrato com Grace Moore, Hady Lamar, King Vitor, Margaret Sullivan, bebi e comi na mesma mesa que Robert Taylor; namorei uma chinesa em São Francisco da Califórnia; viajei no bonde aéreo de Chicago. (*O Imparcial*, 20 de julho de 1943, p. 3)

Seu encantamento pelos Estados Unidos pareceu tamanho a ponto de o autor recorrer a neologismos e superlativos a fim de relatar suas experiências, além de deixar transparecer certo provincianismo:

Nova York é um mundo, com os seus arranhaceíssimos altíssimos e o seu movimentismo louquíssimo e o caboclo vindo das bandas da terra onde canta o sabiá, que não tiver boas pernas, pernas firmes, está perdido nela. [...] Eu estou é em Nova York e já andei de “subway”. Vocês podem pensar que estou com a cabeça virada com a viagem, que estou ficando cretino e cheio de dedos. Pois estou mesmo. E “não haverá” de estar! Se estou em Nova York e viajei no “subway”. Eu trazia as malas cheias de lembranças de Chicago, Boston, Detroit, New Orleans, Los Angeles, Montreal, Quebec, Ottawa. Joguei tudo fora. Agora eu sou novaiorquino. Nêris de províncias. O que eu quero é arranhaceíssimos e “subway”, muito “subway”, porque meus amigos, no Brasil, com a falta de gasolina o bonde é uma fatalidade irremediável e eu estou por aqui, de bonde. Não digo com soberba; mas, pelo meu gosto, bonde nunca mais me verá. Afinal de contas, e repito para melhor efeito: afinal de contas, eu estou é em Nova York e já viajei de “subway”. E isto para um brasileiro, vocês sabem muito bem o que significa (*O Imparcial*, 20 de julho de 1943, p. 3).

Se Walter Benjamim (2000, p. 20-1) chamou Paris de capital do século XIX, Nova York pode ser chamada a capital do século XX. Não houve cidade que sofresse tantas mudanças e modernizações como Nova York que, inclusive, fez o casamento entre a via expressa e o automóvel (UZEDA, 2006, p. 57). Conforme é possível depreender do texto acima, outro meio de transporte nova-iorquino, o metrô, impressionou enormemente Wilson Lins. O viajante repetiu, diversas vezes, que estava em Nova York e que andara de

“subway”, como um modo de enfatizar e transmitir ao leitor todo o seu arrebatamento por aquele território norte-americano e os seus maravilhosos atrativos. Tamanha fascinação expunha, também, um certo desprezo pelos recursos nacionais, o que ficou evidente quando o autor descartou a possibilidade de tornar a andar de bonde. Pelo que ficou demonstrado por meio do texto, Lins parecia se sentir superior por estar em Nova York, assim como a própria nação norte-americana era avançada no seu alto nível de civilização e desenvolvimento. E a última frase do excerto acima reforça ainda mais a ideia de quanto o Brasil estava aquém daquela nação tão vigorosa, a qual deveria ser tomada como um exemplo a ser seguido.

Imprensa baiana, americanismo e democracia

Àquela época, devido à ditadura estadonovista, a imprensa brasileira foi mantida sob rigoroso controle por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). De acordo com Paulo Santos Silva (1992, p. 38), somente em 1945 a censura foi rompida. Segundo o autor, dois fatos jornalísticos, de considerável importância, simbolizaram essa ruptura: a entrevista de Góis Monteiro à *Folha da Manhã*, defendendo a realização das eleições prometidas por Vargas, e a entrevista de José Américo ao *Correio da Manhã*, revelando o major-brigadeiro Eduardo Gomes como o candidato das forças liberais que se opunham ao Estado Novo. Como em todo o país, até o início daquele ano os jornais baianos ocuparam suas páginas com notícias sobre os desdobramentos da Segunda Guerra. Devido ao rompimento da censura, começaram a aparecer matérias que procuravam abordar a situação política interna. Há que se pensar se o discurso favorável às instituições norte-americanas, nos anos finais do Estado Novo, foi uma maneira de defender a democracia liberal, já que não podiam fazê-lo abertamente devido às restrições impostas pelo DIP. Afinal, nota-se que, mesmo antes de 1945, aclamações aos conceitos de democracia e de liberdade eram frequentes nos jornais baianos.

O conceito de democracia que está sendo tratado nesse texto relaciona-se à maneira como os setores liberais da época o concebiam. Afinal, verifica-se que, no processo de redemocratização, determinados traços e práticas, herdados da República Velha, reapareceram no processo político-partidário em diversas oportunidades e situações. Os traços reincidentes configuram a perpetuação de certo padrão tradicional de comportamento no exercício das atividades político-partidárias e eleitorais, que, certamente, não se pode designar de democrático. Entendendo-se democracia como um processo, a expressão redemocratização, para definir o período aqui examinado, é um tanto enganosa, uma vez que pressupõe um estágio democrático que ficou estagnado no passado e que o fim da

ditadura estadonovista colocou novamente em marcha. Na concepção dos liberais baianos, o passado democrático brasileiro havia sido interrompido em 10 de novembro de 1937. E era aquele passado que cumpria recuperar (SILVA, 1992, p.158-159). Portanto, os periódicos publicavam reportagens e artigos louvando o liberalismo e o modo de vida nos países aliados, o que provavelmente era um meio de criar uma identificação da liberdade que tanto se buscava aos países de sistema liberal-democrático, sobretudo os Estados Unidos.

É possível que os anseios libertários manifestados pela imprensa baiana estejam ligados a uma insatisfação com o governo vigente, pois uma parte significativa dos grupos dirigentes do estado manteve uma postura de oposição a Getúlio Vargas. A defesa da democracia foi a tônica dos liberais desde a Revolução de 1930, devido ao fato de que, a partir desse episódio, expressivas figuras da política baiana foram desalojadas do poder local. Nesse sentido, o sentimento antivarguista, existente em setores das classes dirigentes da Bahia, antecede o Estado Novo. De acordo com Paulo Santos Silva (2000, p. 15), a fim de acelerar a reorganização do país nos moldes democráticos, facções políticas que tinham ficado distantes do poder na Bahia, dada a política discricionária e a centralização econômica realizada pelo governo de Vargas, só tiveram condições de reagir nos momentos finais do Estado Novo, quando o regime já apresentava sinais de fragilidade. Antigos adversários políticos, que tinham sido afastados do comando local com a Revolução de 1930, tentaram superar suas divergências, devido à perspectiva de se reacomodarem, novamente, em cargos dirigentes, e se reuniram em torno da Concentração Autonomista da Bahia, corrente que reivindicava a autonomia do estado frente ao poder central.

A oposição ao Estado Novo desdobrou-se em diversas frentes de ação. Encabeçados pelos “autonomistas”, os liberais lançaram mão de todos os meios possíveis para enfraquecer o governo Vargas e conduzir o país ao Estado de direito. A imprensa, a Faculdade de Direito, o Instituto da Ordem dos Advogados constituíram-se em focos de resistência. A partir desses núcleos, a luta pela redemocratização do país foi às ruas. Artigos, manifestos, moções, propostas de trabalho e palavras de ordem saídos do seio dessas entidades chegavam às praças onde comunistas e liberais, ligados à Concentração Autonomista da Bahia, proferiam inflamados discursos em favor da redemocratização (SILVA, 2000, p. 48).

Como expressivas lideranças políticas baianas foram afastadas dos centros de tomadas de decisão pelo exílio, cassação de mandatos ou exoneração dos cargos no serviço público, essas circunstâncias proporcionaram motivação e oportunidades para desenvolver trabalhos intelectuais, utilizando a imprensa como instrumento de combate ao governo varguista. Tolhidos pela censura do DIP, durante o Estado Novo, esses letrados procuraram veicular protestos nas oportunidades que tiveram. A posição que ocupavam na

escala social e o papel que desempenhavam como advogados e professores possibilitavam-lhes essas intervenções.

Assim, a imprensa baiana passou a empreender uma campanha que incluiu a publicação de artigos e reportagens defendendo o liberalismo como o único sistema compatível com as liberdades democráticas, das quais os Estados Unidos apareciam como seu máximo representante. Em abril de 1942, *A Tarde* publicou um artigo de Luiz Viana Filho, louvando o presidente estadunidense Franklin Roosevelt como o maior arauto da democracia:

Franklin Roosevelt, cujo título, o seu grande título, não é ser presidente da maior democracia do mundo, mas o de ser tornado, pela decisão das atitudes e pela fé imanente nas suas palavras o líder mundial da liberdade, o homem em cuja ação repousa, não apenas a confiança de milhões de seres humanos, que têm sede e fome de liberdade” (*A Tarde*, 16 de abril de 1942, p.3).

Em seguida, Luiz Viana Filho anuncia a publicação de uma coletânea de pronunciamentos de Roosevelt, “o campeão das liberdades humanas”, a respeito da forma democrática de governo. De acordo com o autor,

Recolhidos com inteligência, os conceitos de Franklin Roosevelt sobre a forma democrática de governo valem nesta hora de dúvidas, hesitações e conversações, como um verdadeiro catecismo, levando a todas as consciências, a todos os corações, a todos os lares do Brasil um raio claro de esperança e fé. É que nesse pequeno livro, que não chega a duzentas páginas, condensa-se toda a filosofia do estadista insigne, do cidadão e do homem, cuja vida e cujo esforço representa um labor ininterrupto em favor da disseminação e da vitória das idéias democráticas. (*A Tarde*, 16 de abril de 1942, p.3)

O autor transcreve as palavras iniciais do mencionado livro de Roosevelt, a respeito da democracia representativa. De acordo com o texto do presidente norte-americano, em períodos frequentes, os eleitores deveriam escolher novo congresso e novo presidente e que a escolha dos candidatos haveria de ser feita livremente, respeitando a opinião pessoal e sincera dos votantes. Ainda de acordo com as palavras de Roosevelt,

Essa é, afinal, a maior diferença entre o que nós sabemos ser a democracia e aquelas outras formas de governo que, apesar de nos parecerem novas, são essencialmente velhas, pois revertem aos sistemas de poder concentrado e que se perpetua, contra os quais o sistema democrático representativo foi lançado com êxito há vários séculos. (*A Tarde*, 16 de abril de 1942, p.3).

Ao que Luiz Viana Filho conclui, encerrando o artigo: “isto é o que se chama

democracia” (*A Tarde*, 16 de abril de 1942, p.3).

Os excertos extraídos, pelo político baiano, do texto do presidente estadunidense não parecem ter sido escolhidos de forma inocente. Luiz Viana Filho destacou os trechos que tratavam especificamente da rotatividade dos governantes como um item indispensável à democracia. É uma observação capciosa, se formos relacioná-la ao fato de que o Brasil vivia uma ditadura, liderada por um presidente que estava no poder há doze anos. Além disso, não é descabido vincular “aquelas outras formas de governo que, *apesar de nos parecerem novas, são essencialmente velhas* (grifo nosso)” (*A Tarde*, 16 de abril de 1942, p.3), mencionadas por Roosevelt e transcritas por Viana Filho, ao comando varguista, o que poderia ser, até mesmo, uma ironia quanto ao nome do regime: Estado Novo. Dessa maneira, fica reforçada a hipótese de que havia uma conexão entre o reforço de um discurso favorável às instituições políticas, modelo econômico e padrão de vida dos Estados Unidos, disseminado nas páginas dos jornais baianos, e o conceito de democracia defendido pelos grupos locais por meio dos periódicos editados em Salvador.

Imprensa, americanismo e a esquerda

117

Entre os intelectuais que se dedicaram aos debates na imprensa antifascista, ao mesmo tempo em que conspiravam contra o comando de Vargas, sugerindo a adoção de um modelo inspirado nos Estados Unidos a ser seguido pelo Brasil, destaca-se Otávio Mangabeira. Extremamente importante no estreitamento das relações entre as classes dirigentes baianas e suas elites políticas e o país norte-americano, Mangabeira era uma figura de primeira hora do liberalismo oligárquico da Primeira República, tendo ocupado o cargo de Ministro das Relações Exteriores do governo Washington Luís. Depois de passar a maior parte da guerra exilado nos Estados Unidos, quando de seu retorno ao Brasil, no final do conflito, foi o responsável pela edição brasileira da revista *Seleções*, importante veículo de disseminação do americanismo por parte da diplomacia estadunidense (LIMA, 2009, p. 166).

Da época da estada de Mangabeira nos Estados Unidos, há uma intensa troca de correspondências entre esse político baiano e Simões Filho, diretor do jornal *A Tarde*. Nessas cartas, os missivistas desenvolveram comentários sobre a guerra, a situação política do Brasil e da Bahia e a censura à imprensa. O jornalista chegou a tecer elogios a declarações recentes de Mangabeira e até fez pedidos para que o exilado intercedesse, junto a fornecedores norte-americanos, em prol do bom funcionamento do seu vespertino (SIMÕES FILHO, 10 de janeiro de 1944, p.1). Além disso, consta que Simões Filho visitou



Mangabeira em 1943, quando o diretor de *A Tarde* foi aos Estados Unidos, no intercâmbio patrocinado por esse país aos jornalistas brasileiros durante a Segunda Guerra (MANGABEIRA, 01 de agosto de 1943, p. 1). Desse modo, essa troca de correspondências sugere que eram estreitas as relações entre representantes da imprensa baiana e importantes figuras brasileiras entusiastas dos Estados Unidos, o que poderia influir, inclusive, no conteúdo das folhas que circulavam na Bahia no período.

De acordo com Aruã Lima (2009, p. 159), ironicamente, foi nos Estados Unidos que Mangabeira se aproximou mais da esquerda, pois a atuação do político baiano no período, que finda a década de 30 e inicia os anos 40, é marcada por suas posições antifascistas, aproximando-se de setores diversos da esquerda ocidental, ao mesmo tempo em que solidificava sua posição como formulador de decisões no plano da sociedade política. Como porta-vozes da ideologia liberal, naquele contexto de guerra contra o nazifascismo, os jornais baianos adotaram um discurso antifascista, ao mesmo tempo em que aproximavam o seu conteúdo a respeito da guerra ao teor da revista *Seiva*, editada em Salvador e vinculada aos comunistas. Esse periódico publicava artigos de membros do Partido Comunista do Brasil (PCB) e também de liberais como Luiz Viana Filho e Nestor Duarte. Um exemplo relevante das semelhanças entre as apreciações de *Seiva* e dos jornais da grande imprensa se refere à questão da união nacional contra o nazifascismo e a quinta-coluna.

De fato, os órgãos de comunicação refletiram a convergência de interesses existente entre liberais e comunistas, durante a guerra. A partir do ingresso do Brasil no confronto mundial, a campanha democrática, empreendida por meio de alianças liberais, esquerda e segmentos populares, e identificada ao pensamento liberal burguês, expressou-se, no plano internacional, pelo repúdio ao Eixo. No plano interno, essa campanha, embora combatesse, igualmente, as forças nazifascistas no país, não constituiu oposição explícita ao regime autoritário de Getúlio Vargas (VAZQUEZ, 1986, p. 36). Porém, o combate à extrema direita logo passou a se identificar com o esforço pela redemocratização do Brasil. Nesse sentido, pela União Nacional e na luta pela democracia, políticos de formação liberal e inimigos da ditadura Vargas encontraram diversos níveis de entendimento com partidos políticos de esquerda, dos quais o principal era o PCB. Liberais e comunistas divergiam nos métodos e objetivos da luta pela democracia representativa, mas concordavam que só a união de todas as forças opostas ao nazifascismo e ao Estado Novo conseguiriam anistia para os presos políticos e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte que outorgasse ao país uma Constituição, de fato, democrática (TAVARES, 1987, p. 433-434).

Essa aproximação com a esquerda pode ser atestada por meio de um exame dos textos publicados nos jornais baianos no contexto da guerra contra o Eixo. Com efeito, os jornais da imprensa baiana passaram a focar no antifascismo e no combate à quinta-coluna e reduziram os ataques ao comunismo. Em um artigo publicado pelo jornal *A Tarde*,



em dezembro de 1944, há elogios à coragem do povo russo na guerra contra o Eixo e sustentando que o fascismo promoveu uma propaganda difamatória contra o comunismo:

O liberalismo encontrou no fascismo aquilo que não queria ser: um adversário intransigente para o comunismo. O liberalismo limitava-se, apenas, a reprimir a propagação do comunismo, enquanto o fascismo o combatia sistematicamente, movendo-lhe uma campanha de descrédito, que encontrava ressonâncias. [...] A Rússia ficou conhecida, então, como um vasto campo de fome, miséria e morte. Essa campanha persistente e desenfreada criou até, no centro de onde partia, sem ser mesmo levado em conta o exagero, a mística de que a URSS era, na verdade, aquilo mesmo. e essa ilusão levou e está levando o fascismo e seus apêndices à derrocada. Fascinados pela eficiência de sua máquina de propaganda, os homens do fâscio e da swastica não se apercebiam de que a Rússia, na sua aparente desintegração interna, trabalhava febrilmente, para dar ao mundo, tempos depois, o mais belo espetáculo de fé, de organização e de civismo. [...] Mas desde a histórica resistência de Stalingrado o mundo mudou a sua opinião acerca da Rússia. Desvendou-se o mistério. Ela que tinha sido considerada egressa à barbárie está combatendo a barbárie; ela que tinha sido considerada uma pátria de homens desfibrados, está demonstrando o mais alto exemplo de heroísmo, de fé, de obstinação e de nacionalismo acendrado; ela que tinha sido considerada a inimiga da Civilização, está salvando a Civilização!" (*A Tarde*, 16 de dezembro de 1944, p.4)

Contudo, essa aliança não se desenvolvia sem reservas da parte dos liberais. Afinal, os periódicos não chegaram a abandonar totalmente o discurso anticomunista, procurando manter um posicionamento, segundo o qual o único regime, verdadeiramente, democrático era o representado pelo liberalismo. Em dezembro de 1944, *O Imparcial* publicou um artigo assinado por Hermes Lima, no qual os homens são iguais perante a lei, mas viverão sempre “diferentemente”: haverá sempre variedade de aptidões, de sensibilidades, estilos de vida, o que justificaria que também ganhem mais ou menos dinheiro ou morem em casas piores ou melhores. Nesse sentido, o autor afirma que viver diferentemente não significa viver antagonicamente, pois o antagonismo “corrói a organização atual da sociedade, impedindo, por exemplo, que todas as classes tenham o mesmo interesse nos resultados da liberdade” (*O Imparcial*, 04 de fevereiro de 1944, p.3). Logo, o autor sugere que as diferenças entre o padrão de vida dos indivíduos se reduzam a características pessoais, sem levar em consideração fatores de ordem social, e que, independente dessas distinções, os homens deveriam evitar o conflito e trabalhar juntos em prol de um objetivo que beneficiaria à sociedade como um todo. Assim, essa negação da luta de classes levava à rejeição do comunismo como um sistema legítimo e aceitável, embora a conjuntura de combate ao nazifascismo induzisse a imprensa baiana a priorizar a campanha contrária à quinta-coluna.

Para citar outro exemplo, numa outra edição de *A Tarde*, foi publicado um artigo apontando os “perigos” de uma economia planificada, afirmando existir, entre eles, a falta de liberdade econômica e, em decorrência disso, um impedimento ao trabalhador de se

empregar onde e no que quiser:

Os revolucionários que desejam ver o socialismo atingir o seu fim lógico exigem que toda economia nacional seja planificada como um todo. Desejam que o governo promova a abolição do capital e das empresas particulares, assumindo o controle de toda atividade □ industrial, agrícola e mineral □ organizando-a de alto a baixo, de conformidade com o plano preconcebido que venha beneficiar os interesses da comunidade em geral. Mas o que significa isto? Significa, em primeiro lugar, a construção de uma espécie de Estado comunista ou totalitário em que todos os recursos financeiros, materiais e outros seriam transferidos à nação para serem administrados pelo governo que estivesse no poder. Significa, em segundo lugar, que nenhum homem seria livre no futuro para escolher sua própria ocupação: seria obrigado, diante dessa centralização, a executar o trabalho que o governo lhe apontasse. [...] Em quarto lugar nenhum homem poderá alterar sua posição: é obrigado a fazer o que o governo lhe determina. Não será livre para melhorar sua posição, pois não haverá outro empregador a quem possa oferecer seus serviços. Haverá apenas um empregador: o governo. [...] Sob um sistema de planejamento nacional, tudo será decidido por uma autoridade central que terá o controle supremo sobre os gêneros alimentícios e sobre toda a produção industrial e agrícola. A liberdade pessoal, tal como a compreendemos hoje, deverá necessariamente desaparecer sob qualquer sistema lógico que tenha por base os princípios do coletivismo. Essa é a significação – e o perigo – de uma economia planejada (*A Tarde*, 18 de dezembro de 1944, p.4).

Para Rodrigo Patto Sá Motta (2002, p. 164-167), embora partidários do mesmo propósito libertador, comunismo e democracia iniciavam um caminho divergente. Ao que parece, no Ocidente, por iniciativa dos *democratas*, para usar o linguajar da época, a aliança com os comunistas se desfazia já no quase imediato fim da guerra. Nesse sentido, de acordo com o autor, a relação entre alguns políticos brasileiros e os Estados Unidos diz respeito a um projeto de nação que secundarizava a participação democrática na tomada de decisões.

Dessa forma, com o fim da ditadura, não foi possível nenhum entendimento para a manutenção da chamada união nacional, pois os novos partidos foram se afirmando com posições imediatistas de apoio, tolerância ou total hostilidade ao presidente Vargas. Além disso, a partir do segundo semestre de 1945, os jornais da grande imprensa baiana elegeram o comunismo como um inimigo a ser combatido. De fato, as matérias e editoriais desabonando o PCB e a União Soviética tornaram-se frequentes nas páginas da grande imprensa baiana, o que sugere que os setores liberais encaravam, com preocupação, o crescimento do Partido Comunista no Brasil, levando-os a considerar o comunismo como uma ameaça aos seus interesses.

Assim, apesar de o foco principal, durante a Segunda Guerra, ser a derrota do nazifascismo, o anticomunismo não foi totalmente abandonado nas apreciações da imprensa liberal, mesmo quando se procurava reconhecer o empenho da União Soviética no combate ao Eixo. As aclamações às instituições norte-americanas, muitas vezes

acompanhadas de críticas ao modelo russo, sugerem que a vinculação entre democracia e americanismo, no conteúdo dos jornais baianos, era atrelada a interesses de grupos predeterminados, que buscavam, inclusive no nível do discurso, afastar, paulatinamente, aqueles que até então vinham sendo aliados – como os comunistas – na luta contra os regimes autocráticos.

Considerações finais

A pesquisa, que resultou na elaboração desse artigo, encontra-se em sua fase inicial, de modo que, nesse texto, procurou-se apresentar as primeiras ideias e as hipóteses que permeiam esse estudo.

A partir do que foi discutido no presente texto, depreende-se que a imprensa baiana passou a empreender uma campanha que incluiu a publicação de artigos e reportagens defendendo o liberalismo como o único sistema compatível com as liberdades democráticas, das quais os Estados Unidos apareciam como seu máximo representante. Setores dos grupos dirigentes na Bahia conspiravam contra o comando de Vargas, muitas vezes utilizando a imprensa para glorificar a economia, padrão de vida e sistema econômico dos Estados Unidos, sugerindo a adoção de um modelo inspirado no país norte-americano a ser seguido pelo Brasil. É válido analisar se o discurso favorável às instituições norte-americanas, nos anos finais do Estado Novo, foi uma maneira de defender a democracia liberal, já que não podiam fazê-lo abertamente devido às restrições impostas pelo DIP. Afinal, nota-se que, mesmo antes de 1945, quando do rompimento da censura, aclamações aos conceitos de democracia e de liberdade eram frequentes nos jornais baianos. E, por fim, há indícios de essa aclamação ao sistema estadunidense articular-se a um discurso que buscava, gradativamente, excluir, do jogo democrático, grupos até então aliados na busca pela redemocratização, entre eles, os comunistas.

121

Referências:

ATA da 369ª sessão ordinária da diretoria da Associação Baiana de Imprensa. 01 de setembro de 1942. Biblioteca da Associação Baiana de Imprensa (ABI).

ATA da 401ª sessão ordinária da diretoria da Associação Baiana de Imprensa. 30 de junho de 1943. Biblioteca da Associação Baiana de Imprensa (ABI).

A *TARDE*, 14 de abril de 1942. BPEB: Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

A *TARDE*, 16 de abril de 1942. BPEB: Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

A *TARDE*, 26 de março de 1943. BPEB: Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.



- A *TARDE*, 03 de abril de 1943. BPEB: Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.
- A *TARDE*, 10 de abril de 1943. BPEB: Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.
- A *TARDE*, 02 de outubro de 1943. BPEB: Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.
- A *TARDE*, 16 de dezembro de 1944. BPEB: Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.
- A *TARDE*, 18 de dezembro de 1944. BPEB: Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.
- BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil – dois séculos de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- BENJAMIM, Walter. *A Modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.
- BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian (orgs.). *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- ESTADO DA BAHIA*, 01 de abril de 1942. BPEB: Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.
- FALCÃO, João. *O Brasil e a Segunda Guerra: testemunho e depoimento de um soldado convocado*. Brasília: Editora da UnB, 1999.
- LIMA, Aruã Silva de. *Uma democracia contra o povo: Juraci Magalhães, Otávio Mangabeira e a UDN na Bahia (1927 – 1946)*. 2009 Dissertação (Mestrado em História). UEFS, Feira de Santana. 2009. 180 p.
- MANGABEIRA, Otávio. [carta] 01 ago. 1943, Nova York [para] Armando Sales, Rio de Janeiro. 3 p. Comenta visita de Simões Filho. Acervo pessoal de Otávio Mangabeira (OM).
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.
- MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- O *IMPARCIAL*, 20 de julho de 1943. BPEB: Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.
- O *IMPARCIAL*, 08 de agosto de 1943. BPEB: Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.
- O *IMPARCIAL*, 04 de fevereiro de 1944. BPEB: Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.
- PEIXOTO JÚNIOR, José Carlos. *A ascensão do nazismo pela ótica do Diário de Notícias da Bahia (1935-1941): um estudo de caso*. 2003. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. A Bahia na Segunda Guerra Mundial. In: *O Olho da História*, Salvador: Edufba, 1995, nº1. Disponível em: <<http://www.oohodahistoria.ufba.br/01bahia.html>>. Acessado em 02 de outubro de 2012.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus, 1991.
- SILVA, Heber Ricardo da. *A democracia impressa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa (1945 – 1948)*. 2008. 211 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008, 2008

SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2000.

_____. *A volta do jogo democrático – Bahia, 1945*. Salvador: Assembleia Legislativa, 1992.

SIMÕES FILHO. [carta] 10 jan.1944, Rio de Janeiro [para] Otávio Mangabeira, Nova York. 1 p. Solicita intervenção junto a fornecedores. Acervo pessoal de Otávio Mangabeira (OM). Fundação Pedro Calmon ¾ Centro de Memória da Bahia (CMB/FPC).

PINDEL, Arnaldo. *O Partido Comunista na Gênese do Populismo*. São Paulo: Símbolo, 1980.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Ática, 1987.

TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

UZEDA, Jorge Almeida. *O Aguaceiro da Modernidade na Cidade do Salvador (1935 – 1945)*. 2006. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

VAZQUEZ, Petilda Serva. *Intervalo democrático e sindicalismo: Bahia (1942-1947)*. 1986. 220 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1986.

VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.